

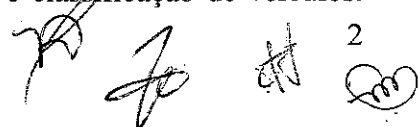
DNIT

ATA DA 99ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DNIT

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, com o início às quinze horas e dezoito minutos, realizou-se a Nonagésima Nona Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, na sala 13 do Gabinete do Diretor-Geral do DNIT, denominada Sala de Reuniões da Diretoria Colegiada, na Sede do DNIT em Brasília/DF, sob a Presidência da Senhora Natália Marcassa de Souza – Secretária-Executiva do Ministério dos Transportes/MT, com a participação dos seguintes Conselheiros, conforme consta no Livro de Presença: Valter Casimiro Silveira – Diretor-Geral do DNIT; Herbert Drummond – Secretário de Política Nacional de Transportes/MT; e Zarak de Oliveira Ferreira – Diretor do Departamento de Programas de Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG. Compareceram como convidados a Senhora Ana Patrícia Gonçalves Lira – Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva do Ministério dos Transportes/MT, a Senhora Luciana Michelle Dellabianca – Coordenadora do Instituto de Pesquisas Rodoviárias do DNIT e os Senhores Gustavo Adolfo Andrade de Sá – Diretor Executivo do DNIT; Luiz Augusto dos Santos – Auditor-Chefe do DNIT; Alexandre Quaresma Inácio Silveira – Coordenador-Geral de Modernização e Informática do DNIT; Alexandre Castro Fernandes – Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias do DNIT. Não compareceram os Conselheiros Luciano de Souza Castro – Secretário de Gestão dos Programas de Transportes/MT, por estar em viagem; e o Senhor Cleyton Miranda Barros – Coordenador Geral de Transportes e Logística da Subsecretaria de Regulação e Infraestrutura do Ministério da Fazenda/MF. Passando à ordem do dia, a Presidente declarou aberta a sessão, e o Conselho de Administração passou a examinar as matérias constantes na pauta. Com relação ao **Item 1 – Leitura, votação e aprovação da Ata da 98ª Reunião Ordinária do CONSAD/DNIT**, a Ata foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. No que diz respeito ao **Item 2 – Novo Plano Nacional de Controle de Velocidade – PNCV: status após fase de consulta pública e outras providências, pela Coordenação Geral de Operações Rodoviárias/DIR**, foi passada a palavra ao Senhor Alexandre Castro Fernandes – Coordenador Geral de Operações Rodoviárias do DNIT – CGPERT/DNIT, que iniciou sua exposição, explicando que, embora constasse na pauta a expressão consulta pública no que se refere à fase em que se encontra o Novo PNCV, o que ocorreu foi uma audiência pública cujo objeto era abordar a questão da Autorização Especial de Trânsito - AET, sugerindo o ajuste do termo. Em seguida, ressaltou a responsabilidade conferida à Coordenação Geral, no Regimento Interno do DNIT, quanto ao controle e à realização de toda a gestão da sinalização e operação rodoviárias, incluindo velocidade e pesagem, em todo o Brasil. Deu continuidade, informando sobre os pontos de fiscalização que estão em operação hoje nas rodovias federais, e destacou que os resultados advindos desse controle são significativos. Logo após, apresentou um panorama sobre o Novo PNCV, dentre os pontos abordados, mencionou a Licitação e como se dará o processo de contratação, que tem como objetivo a contratação de empresa ou consórcio para executar os serviços de disponibilização, instalação, operação e manutenção de equipamentos eletrônicos de controle de tráfego nas rodovias federais, sob jurisdição do DNIT, disse que a modalidade de licitação será um Pregão Presencial, tendo em vista uma série de reuniões ocorridas em conjunto com o Tribunal de Contas da União – TCU; que o objetivo é o monitoramento de 8.000 (oito mil) faixas, com um investimento aproximado em 2,8 bilhões de reais; que a remuneração será feita por faixa monitorada a cada mês e a contratação foi dividida em 25 (vinte cinco) lotes. Destacou que, no contrato atual, constam apenas 12 (doze) lotes; no novo, a proposta é

 1

ampliar para os 25 (vinte e cinco), visando alcançar uma melhor gestão pela Sede e pelas Superintendências Regionais. Nesse ínterim, o Senhor Herbert Drummond questionou se há uma limitação de empresa por lote, ao que o palestrante respondeu que essa informação será apresentada na sequência no tópico da Habilitação. Quanto à Habilitação, explicou que as empresas concorrentes deverão possuir, no mínimo, 50% das faixas monitoradas previstas para cada lote; que é vedada a indicação de um mesmo profissional por mais de uma empresa para atuar em lotes diferentes; que os equipamentos precisarão estar homologados e aprovados pelo IMETRO; e que o limite de lotes nos quais as empresas ou consórcios poderão atuar é de, no máximo, dois lotes. Nesse momento, a Senhora Natália Marcassa mencionou a importância de avaliar a questão do alinhamento relativo à aferição dos equipamentos, indicando que o DNIT deverá entrar em contato o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio para tratar dos Institutos Certificadores. O Senhor Alexandre disse que diversas providências vêm sendo tomadas para sanar essa questão, desde reuniões, envio de expedientes aos órgãos responsáveis pelo processo de aferição, reforçando que isso tem sido tratado de perto. Continuou, abordando a fase da Implantação, disse que serão implantados 03 (três) tipos de equipamentos, quais sejam, o Controlador Eletrônico de Velocidade - CEV, o Redutor Eletrônico de Velocidade - REV e o Controlador Eletrônico Misto - CEM; tendo inicialmente um cronograma definido de 11 (onze) meses, mas, em virtude do momento de restrição orçamentária, foi ampliado para 21 (vinte e um) meses. Quanto à Operação, informou que a duração do contrato será de 60 (sessenta) meses e que os resultados esperados são o controle de tráfego, a redução no número de acidentes e mortes e a educação no trânsito, uma vez que a multa possui efeito pedagógico para o condutor infrator. O Senhor Herbert Drummond, então, questionou se o DNIT tem realizado algum trabalho de educação no trânsito, além da aplicação das multas. O Senhor Alexandre disse que tiveram uma experiência, mas pontual no DNIT. O Senhor Valter interveio afirmando que esse assunto já foi discutido e que o valor que se paga numa multa por excesso de velocidade não cobre o custo que os órgãos de fiscalização possuem para manter os programas. O Senhor Herbert Drummond afirmou que, em outros países, existem programas de educação associados à fiscalização, sugerindo que o DNIT, com os resultados obtidos com o controle de velocidade nas rodovias, avalie a possibilidade de fazer o mesmo, desenvolver programas educativos relacionados com a aplicação da penalidade. O Senhor Zarak de Oliveira sugeriu fazer uma junção de dados, inclusive com informações sobre a redução de mortes como consequência da implantação do programa de controle de velocidade, visto que a apresentação desses resultados sensibiliza não somente o usuário, como também o Governo para investir nesses programas. Prosseguiu a apresentação, expondo a justificativa do programa que é garantir o deslocamento de veículos e pedestres de maneira racional, isto é, com segurança, fluidez e comodidade, bem como garantir a continuidade das ações para redução do número de acidentes e mortes no trânsito. Na sequência, apresentou alguns gráficos com dados que sustentam a necessidade de implantação do PNCV, como um demonstrativo do Cálculo do Índice de Severidade (S) de acidentes e suas implicações com a manutenção do programa; outro mostrando o Custo Estimado dos Acidentes nas Rodovias Federais, apontando como consequência do investimento progressivo ao longo dos anos a efetividade do PNCV observada na redução dos percentuais de acidentes e do índice de severidade, entre os anos de 2010 e 2015. Reforçou que o Novo PNCV trará uma modernização significativa do Sistema de Controle Eletrônico de Tráfego do DNIT. Mencionou ainda algumas diretrizes básicas do PNCV. Elencou os indicadores que serão utilizados, codificados para estabelecer o índice de desempenho e a eficiência dos equipamentos, como disponibilidade de equipamentos que monitoram as faixas, captura de imagens diurna e noturna, envio de relatório e imagens, envio de dados de tráfego, leitura diurna e noturna de placas e classificação de veículos.



2

Passou a tratar da previsão orçamentária de 120 (cento e vinte) milhões para investimento no Plano, o que seria insuficiente. Em seguida, expôs para o Conselho 04 (quatro) cenários possíveis em função da disponibilidade orçamentária. Explicou que, no primeiro, haveria o desligamento de 75% dos equipamentos, dos 3.500 (três mil e quinhentos implantados), ou seriam deixados 100% em funcionamento por um período de apenas quatro meses e meio; e o Novo PNVC não poderia ser implantado, acarretando a descontinuidade do programa. No segundo cenário, com um aporte de R\$396.000.000,00 (trezentos e noventa e seis milhões de reais), o novo programa seria implantado em 11 (onze) meses e não haveria desligamento de nenhum dos equipamentos. Na terceira possibilidade, com aporte de 336.000.000,00 (trezentos e trinta e seis milhões de reais), não haveria desligamento de equipamentos, mas o prazo para implantação seria de 15 (quinze) meses. Por fim, explicou que o quarto e último cenário, com disponibilidade de R\$186.000.000,00 (cento e oitenta e seis milhões), o plano poderia ser implantado em 21 (vinte um) meses, havendo o desligamento dos equipamentos somente nos trechos concedidos. Dando prosseguimento, disponibilizou ainda os valores arrecadados de 2012 a 2015, decorrentes da manutenção do programa atual, que contabilizam 384.320.587,51 (trezentos e oitenta e quatro milhões, trezentos e vinte mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e um centavos). Depois, demonstrou um quadro com o cronograma de implantação do Novo PNVC, estabelecido em 21 (vinte e um) meses, do primeiro ao vigésimo primeiro mês, o percentual acumulado de execução. Por fim, apresentou um quadro com os valores arrecadados pela CGPERT com as multas por excesso de velocidade e peso, as AETs e com a ocupação da faixa de domínio, que remontam ao valor de R\$364.114.063,60 (trezentos e sessenta e quatro milhões, cento e quatorze mil, sessenta e três reais e sessenta centavos). Dado o panorama, o Senhor Drummond defendeu que fosse mantido o cronograma inicial de 11 (onze) meses, já o Senhor Zarak optou pela manutenção do novo cronograma proposto de 21 (vinte e um) meses por questões de organização orçamentária. O Senhor Herbert Drummond questionou sobre a fiscalização do contrato, ao que o Senhor Alexandre respondeu que será realizada, em sua maioria, pelas Superintendências Regionais e, nos estados onde não for possível, como Amapá, Amazonas e Roraima, a fiscalização será feita pela Sede do DNIT. Na oportunidade, o Conselheiro Zarak perguntou se a arrecadação mencionada pelo palestrante está sendo incorporada ao DNIT. O Senhor Valter tomou a palavra e respondeu que a receita vai para o Tesouro Nacional, disse que, se permanecesse no DNIT, o programa seria executado com receita própria. O Senhor Zarak, então, explicou a necessidade e a importância de apresentar esses dados na negociação do orçamento do ano que vem e essa proposta de manutenção da arrecadação na Autarquia, além de buscar essa negociação ainda na fase de elaboração do orçamento. Também sugeriu que seja feita essa apresentação na Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC; o Senhor Drummond acrescentou que poderia ser apresentada no ciclo de palestras, sugestões estas com as quais os demais Conselheiros concordaram. Por fim, a Presidente do CONSAD agradeceu e parabenizou o Coordenador pela apresentação e também pelo aumento da arrecadação com as multas aplicadas. O Senhor Alexandre agradeceu e colocou-se à disposição para esclarecimentos posteriores sobre o assunto. Em seguida, a Senhora Presidente passou ao próximo item de pauta, **Item 3. Apresentação sobre o Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR/DNIT pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa.** A Senhora Luciana Michelle Dellabianca, Coordenadora do Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR/DNIT, foi chamada a iniciar sua apresentação. Cumprimentou os presentes e afirmou ser uma honra e, ao mesmo tempo, uma grande responsabilidade estar diante do Conselho de Administração do DNIT para tratar do IPR. Seguindo, iniciou apresentando um histórico do Instituto, mencionou sua criação em 1957 e sua transferência, em 1972, o DNER, localizado no Rio de Janeiro/RJ, como uma Diretoria Setorial. Depois, disse que, em 1999, o IPR foi transformado em uma Coordenação Geral,

vinculada à Diretoria Executiva do DNIT, permanecendo no Rio de Janeiro. Em 2002, informou que esta Coordenação Geral passou a estar vinculada à Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP e, por fim, em 2015, o IPR foi trazido para Brasília/DF, tendo em vista a publicação do Decreto nº. 8.489/2015, que o transformou em uma Coordenação Setorial, vinculada à DPP. Depois, a Senhora Luciana Dellabianca exibiu a situação atual do Instituto, com base no citado Decreto, afirmando que, no momento, a Coordenação não tem muita autonomia de gestão, pois possui 03 (três) divisões, sendo que a Divisão de Laboratórios e a Divisão de Pesquisas estão localizadas no Rio de Janeiro/RJ; e somente a Divisão de Normas e Publicações Técnicas está localizada em Brasília/DF. Registrou que o quadro de pessoal atualmente é bastante limitado, contando com apenas 03 (três) servidores de nível superior em Brasília/DF, sendo uma doutora, um mestrando e um especialista; e o restante do pessoal encontra-se no Rio de Janeiro/RJ, onde estão lotados 48 (quarenta e oito) servidores - 15 (quinze) de nível superior, dentre estes 02 (duas) doutoras, 02 (dois) mestres, 03 (três) especialistas e 08 (oito) engenheiros com experiência na área rodoviária. Prosseguindo, a Coordenadora exibiu as atribuições do IPR, a saber: Elaboração de Normas, Manuais e Publicações Técnicas; Estudos e Pesquisas Experimentais; Cooperação com Centros de Excelência Nacionais e Internacionais; Intercâmbio de Informações; Gestão, Suporte e Representação; Apoio ao Controle Tecnológico das Obras; Apoio Técnico às Inovações do Regime Diferenciado de Contratação Integrado – RDCi; além de Capacitação e Treinamento. Seguiu exibindo gráficos atestando o aumento na performance das atividades no período entre 2015 e 2016 e a participação efetiva da Coordenação do IPR nas discussões técnicas que envolvem as soluções de projetos dos contratos do RDCi. A Coordenadora apresentou uma Proposta de Reestruturação do IPR, objetivando o fortalecimento do modal rodoviário. As principais ações propostas seriam a revisão do Decreto nº. 8.489, de 10/07/2015; a adequação do novo Regimento Interno do DNIT referente a esse assunto; a continuidade das cooperações e dos contratos que atualmente dão suporte técnico ao IPR; o estabelecimento de parceria com a ANTT relativa ao fundo de recursos para pesquisa das concessionárias; e a Parceria Público Privada - PPP. A palestrante propôs a remodelagem da estrutura transformando o IPR numa Coordenação Geral - com destinação de um DAS 101.4, composta por três Coordenações, uma Coordenação de Apoio à Capacitação, uma Coordenação de Estudos e Pesquisas - composta por uma Divisão de Laboratórios e outra de Apoio Tecnológico, e uma Coordenação de Normas e Publicações Técnicas, com as funções FCDNIT-3. Em relação à reestruturação, relatou a necessidade de ampliação do espaço atual da Coordenação Setorial, de adequações e de melhorias para eliminar os espaços ociosos atuais. Em relação ao pessoal, enfatizou a necessidade de capacitação e, devido à impossibilidade momentânea de ingresso de novos servidores por meio de concurso público, propôs a realocação ou a remoção de servidores com motivação e perfil para atuação em pesquisa para o IPR em Brasília/DF, provenientes da Sede ou das Superintendências Regionais do DNIT, a fim de agregar valor à equipe atual; o apoio e a manutenção ao Contrato nº. 1.153/2014-01, firmado com o Consórcio Accenture-Dynatest; o estabelecimento de novas parcerias com Centros de Excelência; e o apoio técnico da Parceria Público Privada – PPP. Propôs ainda a criação de Unidades de Apoio Tecnológico – UATecs, as quais deveriam estar localizadas em 06 (seis) Superintendências Regionais, isto é, Amazonas, Ceará, Bahia, Goiás, Tocantins e Paraná; informou que esta última já está funcionando como unidade piloto, pois já possui estrutura laboratorial, sendo necessário apenas realizar melhorias no espaço atual. Como proposta para o futuro, mencionou a possibilidade de criação do Instituto Nacional de Pesquisas em Transportes – INPTrans como sucessor do IPR. Elencou alguns projetos em andamento no IPR, dentre eles apontou manuais, normas, pesquisas e parcerias, alguns com previsão para conclusão ainda em 2016 e outros em 2017. O Senhor Gustavo Adolfo pediu a palavra e afirmou que, no passado, o

 4

DNER possuía laboratórios montados em cada Superintendência Regional para realizar as atividades das obras, ensaios, até melhores do que os existentes em diversas Universidades. Disse que o IPR era uma referência nacional com relação à pesquisa rodoviária e as normas elaboradas para as obras. Porém, lembrou que, quando o DNIT foi criado, grande parte dos laboratórios foi doada às Universidades e a escolas técnicas. Defendeu que a reestruturação do IPR pode, além de oferecer uma melhor capacidade de gestão para o servidor que estiver à frente, trazer de volta parte da capacidade de pesquisa que existia no passado. O Conselheiro Zarak perguntou se não seria possível trazer os laboratórios do Rio para Brasília, ao que a Senhora Luciana respondeu que não seria viável, mas que uma possibilidade seria estabelecer uma parceria com a Universidade de Brasília – UnB. O Senhor Valter, aproveitando o ensejo, informou que a maioria do pessoal atualmente lotado no Rio está em final de carreira, com situação estabelecida no local, sendo inexecutável remover o contingente para Brasília/DF. Reforçou que isso acabaria ocasionando uma perda por aposentadoria. O Senhor Gustavo complementou, dizendo que o espaço do IPR no Rio de Janeiro é muito grande e poderia ser muito bem aproveitado, inclusive por faculdades particulares locais ou em parcerias dessa natureza, além de gerar receita para o DNIT. Por conseguinte, o Conselheiro Drummond afirmou que o debate sobre a reestruturação e o fortalecimento do IPR é muito importante para a Autarquia, todavia, argumentou que a continuidade dessas discussões deverá estar presente em outras reuniões e momentos, tanto no CONSAD, quanto em outros núcleos de interesse. Os demais Conselheiros assentiram com a afirmação do Senhor Herbert Drummond. Ao final, a Senhora Presidente asseverou que a reestruturação e a solicitação de cargos para suprir essa necessidade demanda uma ação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, desse modo, sendo crucial apresentar algum resultado concreto ou produto dos trabalhos desenvolvidos pelo IPR para estabelecer esse tipo de negociação. A Senhora Luciana argumentou que há muitas atividades realizadas pelo Instituto. O Senhor Valter, então, considerou a apresentação desses trabalhos em outra oportunidade, visando subsidiar o prosseguimento da discussão sobre o tema. A Senhora Natália agradeceu a participação da Coordenadora do IPR e deu seguimento para o próximo item de pauta. Sobre o **Item 4. Relatório gerencial sobre a situação das recomendações dos órgãos de controle, elaborado pela Auditoria Interna do DNIT**, a Senhora Presidente propôs sua discussão e apresentação do Relatório numa próxima Reunião do Conselho, tendo em vista o avançar da hora. Em se tratando do **Item 5. Aprovação do Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT referente ao exercício de 2015**, a Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Luiz Augusto dos Santos, Auditor-Chefe do DNIT, que distribuiu cópia do Relatório aos Conselheiros presentes. Explicou brevemente o documento em tela, dizendo que se trata de um apanhado de tudo o que foi realizado pela Auditoria Interna do DNIT durante o exercício de 2015, já exposto para o Conselho ao longo do ano. Informou sobre a necessidade de que fosse discutido e deliberado pelo Conselho na presente Reunião, tendo em vista o prazo encaminhá-lo à Controladoria Geral da União – CGU e para disponibilizá-lo na internet. A Senhora Natália perguntou se o RAINT foi encaminhado aos Conselheiros com antecedência, ao que foi respondido que sim. Perguntou aos Conselheiros presentes se possuíam alguma observação e se estavam de acordo. Os membros disseram que sim e decidiram, por unanimidade, aprovar o Relatório. A Presidente, então, passou à discussão do item seguinte. Com relação ao **Item 6. Apresentação trimestral das ações da Coordenação Geral de Modernização e Informática/DAF, O Coordenador da CGMI**, passou a palavra ao Senhor Alexandre Quaresma cumprimentou os presentes e iniciou a exposição apresentando as ações realizadas pela Coordenação-Geral de Modernização e Informática relativas ao último trimestre do ano de 2015. Apresentou ações relativas à internalização e à reestruturação dos portais do Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR, à Capacitação via Ambiente EAD Moodle, ao Sítio

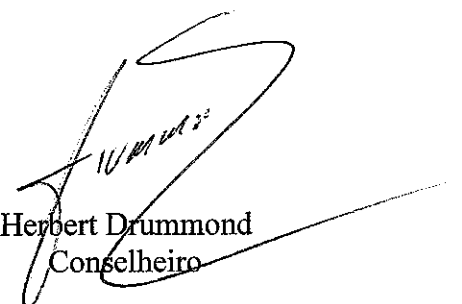
Intranet e ao Portal Internet. Relatou o início do processo de migração dos bancos de dados dos novos sistemas para disponibilização das informações no Sistema de Informação e Modernização – SIM/DNIT, composto pelos Sistemas de Gerenciamento de Obras de Artes – SGO, de Gestão de Processos de Desapropriação – SGDP, de Administração de Gestão de Infrações – SAGI, de Gerenciamento de Autorização Especial do Trânsito – SIAET, de Informações e Operações Rodoviárias – SIOR, de Gestão Financeira – SGF, e de Projetos e Obras Delegadas – SIPROD. O palestrante informou sobre a aquisição de equipamentos de armazenamento de dados de alta performance (*storage*) para suprir a crescente demanda, além de expansão da solução de auditoria, gerenciamento e permissionamento. O Senhor Alexandre Quaresma, continuou discursando sobre a produção da modelagem para implantação do *Network Operation Center* – NOK, com base no modelo Central de Serviços *Help-Desk* Unificado – ITIL, com o aperfeiçoamento dos processos de atendimento da Central de Serviços, atendendo a todos os usuários da Sede do DNIT, bem como das Superintendências Regionais e das Unidades Locais. Relatou a realização do inventário de ativos de informação (CGTI, CGRL e DIREX); a implantação do processo de planejamento de orçamento, gestão de contratos, processos de contratação, auditoria (*Control Objectives for Information and related Technology* - COBIT) de tecnologia da informação (TI). Na sequência, destacou que houve renovação das licenças da *Microsoft*. Falou sobre a continuidade da implantação do Escritório de Projetos e do Núcleo de Planejamento, Governança e Gestão de TI e a realização da reimplantação da plataforma *Oracle* BPM para repositório do escritório de processos, além da Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC com *update* da nova versão, aprovada pelo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – COSIC. O Coordenador Geral mencionou ainda outras ações que realizadas, como o Projeto Visibilidade, referente à correlação das ferramentas de segurança do DNIT, a fim de prevenir e combater incidentes computacionais, monitorar a rede do DNIT e os ativos críticos, por meio de ferramentas adquiridas pela Autarquia e ferramentas *free*. Ressaltou ainda a implementação de Arquitetura de Segurança Operacional de TI no DNIT, a execução do Sistema de Gestão e Segurança da Informação do DNIT - SGSI/DNIT, por meio de ferramentas de gestão, e, por fim, enfatizou a importância das ações de conscientização relativas aos Sistemas de Informação e Comunicação do DNIT – SIC/DNIT, com a divulgação da cartilha de segurança da informação e dicas de segurança estendidas a todos os usuários da Autarquia. A Senhora Natália, então, perguntou ao Senhor Alexandre Quaresma sobre o andamento da fábrica de *software* do DNIT, ao que o Coordenador respondeu que ainda haverá uma reunião na próxima terça-feira para tratar do assunto. A Presidente agradeceu a presença e a explanação do Senhor Alexandre Quaresma sobre o tema. Ao final, questionou aos presentes se haveria mais algum assunto a ser tratado no **Item 7. Assuntos Gerais**. O Senhor Valter Casimiro solicitou a palavra e apresentou aos Conselheiros cópia do Relato nº. 005/2016/DAF, de 20/01/2016, que trata da aprovação de ato de criação da Superintendência Regional do DNIT no estado do Acre, condicionada ao aporte de cargos necessários à estruturação desta Regional, o qual foi aprovado na 3ª Reunião da Diretoria Colegiada do ano de 2016, ocorrida no último dia 20 de janeiro. Apresentou também cópia do Ofício nº. 168/2016/DG-DNIT, datado de 12 de fevereiro de 2016, o qual foi expedido ao Ministério dos Transportes, solicitando o remanejamento dos referidos cargos para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, protocolado junto ao processo nº. 50600.001839/2016-40. Esclareceu que a efetiva criação e instalação depende da resposta do MPOG e da aprovação do Conselho. Em seguida, informou aos presentes que a próxima apresentação a ser feita no CONSAD/DNIT será sobre a Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, especificamente sobre sua Coordenação Geral de Manutenção Rodoviária. Os Conselheiros tomaram ciência sobre os assuntos abordados pelo Diretor Geral do DNIT e se manifestaram de acordo com as proposições. Nada mais havendo a tratar,

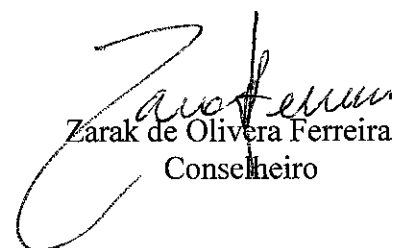
 6


a Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros e demais presentes, dando por encerrada a sessão às dezessete horas e quinze minutos, da qual eu, Marcela Braz do Couto, Secretária-Executiva do Conselho de Administração, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pela Senhora Presidente e pelos demais Conselheiros.-----


Natália Marcassa de Souza
Presidente


Valter Casimiro Silveira
Conselheiro


Herbert Drummond
Conselheiro


Zarak de Olivera Ferreira
Conselheiro


Marcela Braz do Couto
Secretária-Executiva